

Í N D I C E

I - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2003	1
I - 1. ANÁLISE GLOBAL.....	2
I - 2. ANÁLISE DA RECEITA.....	3
I - 3. ANÁLISE DA DESPESA.....	4
II - DETALHE DAS RECEITAS E DESPESAS DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2003	7
<i>QUADRO 1 - VALORES DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA RECEITA DO ESTADO</i>	8
<i>QUADRO 2 - ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DA DESPESA DO ESTADO AUTORIZADA, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</i>	9
<i>QUADRO 3 - ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DA DESPESA DO ESTADO AUTORIZADA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL</i>	10
<i>QUADRO 4 - AUTORIZAÇÕES DE DESPESA DO ESTADO POR MINISTÉRIOS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</i>	11
<i>QUADRO 5 - ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO</i>	12
<i>QUADRO 5 - A - ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO – UNIVERSOS COMPARÁVEIS</i>	13
III - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL DE JANEIRO A AGOSTO DE 2003	14
III - 1. ANÁLISE GLOBAL.....	15
III - 2. ANÁLISE DA RECEITA	15
III – 3. ANÁLISE DA DESPESA	16
III - 4. ÓPTICA DO FINANCIAMENTO – SALDO ORÇAMENTAL.....	17
<i>QUADRO 6 - ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS DO ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL</i>	19
<i>QUADRO 7 - ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL</i>	20

I - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2003

I - 1. Análise global

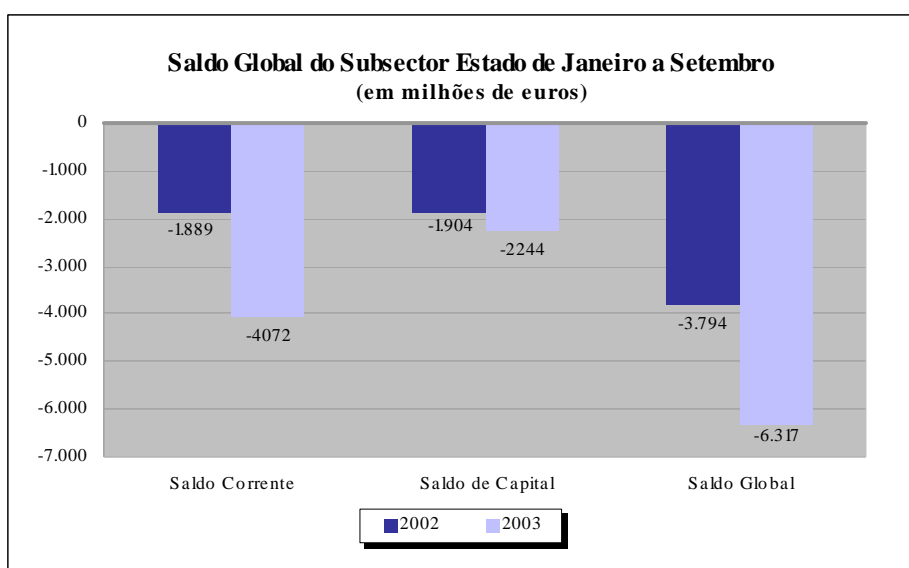
A estimativa do **défi ce do subsector Estado** relativa ao terceiro trimestre do ano orçamental em curso, apurado na óptica da Contabilidade Pública (ou seja, tendo em conta a totalidade dos recebimentos e pagamentos) situa-se em 6 412,1 M€ A informação acerca da receita do subsector no período em análise encontra-se reflectida no Quadro 1 anexo à presente nota e, relativamente à despesa, o Quadro 4 apresenta a despesa por ministérios e classificação económica.

No entanto, e no seguimento dos procedimentos adoptados em meses anteriores, a análise da conta do subsector Estado será efectuada tendo em conta, por um lado, a exclusão das despesas de anos anteriores para cada um dos anos (1 932 M€ em 2002 e 96 M€ em 2003) e, por outro lado, efectuando os seguintes ajustamentos à despesa e receita de 2002:

- Inclusão das receitas próprias e despesas dos organismos autónomos que perderam autonomia financeira em 2003 (186 M€ e 174 M€, respectivamente);
- Adição, à despesa, da parte das remunerações pagas directamente pelos Cofres do Ministério da Justiça (organismos autónomos) no primeiro quadrimestre de 2002 correspondentes às que, a partir de Maio, passaram a ser pagas pela Direcção-Geral da Administração da Justiça (cerca de 55 M€).

Tendo por base estas adaptações, a análise em termos homólogos é feita por referência aos Quadros 2 e 5-A anexos.

O gráfico seguinte permite analisar a evolução do saldo global nas suas componentes corrente e de capital:

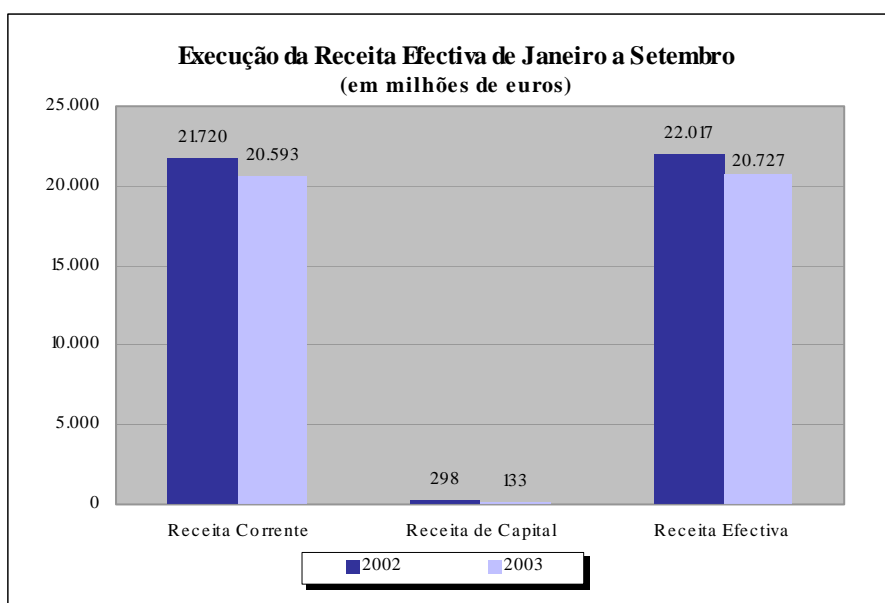


Nota: valores em consonância com o Quadro 5-A.

I - 2. Análise da receita

A **receita total** excluindo activos financeiros totaliza, no período em análise, 20 726,5 M€, que se desagrega em 19 051,1 M€ de receitas fiscais e 1 675,4 M€ de receitas não fiscais.

O gráfico seguinte mostra a estrutura da receita efectiva no período em análise pela sua natureza (corrente e de capital):



Nota: valores em consonância com o Quadro 1.

Nos primeiros nove meses do ano a **receita fiscal** registou um decréscimo de 5,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, sendo este decréscimo justificado pela redução de 12,8% nos impostos directos e de 0,8% nos impostos indirectos.

Relativamente aos impostos directos, a evolução agora registada no IRS é justificada pelo diferente padrão de emissão de reembolsos e notas de cobrança face a igual período do ano anterior. Em relação ao IRC, a dete-

rioração registada na taxa de variação homóloga acumulada, quando comparada com o mês anterior, ficou a dever-se à evolução menos favorável dos pagamentos por conta do mês em questão, em virtude da deterioração da matéria colectável e, consequentemente, da colecta declarada pelas empresas.

A receita bruta do IVA, nos primeiros nove meses do ano, registou um crescimento homólogo de 4,0% na componente interna e um decréscimo de 2,2% na vertente aduaneira. Con-

tudo, a evolução dos reembolsos e das transferências para a Segurança Social continuam a contribuir negativamente para a evolução da receita líquida, registando um decréscimo de 0,6% quando comparado com igual período do ano anterior.

Quanto ao ISP, registou no mês de Setembro um crescimento homólogo

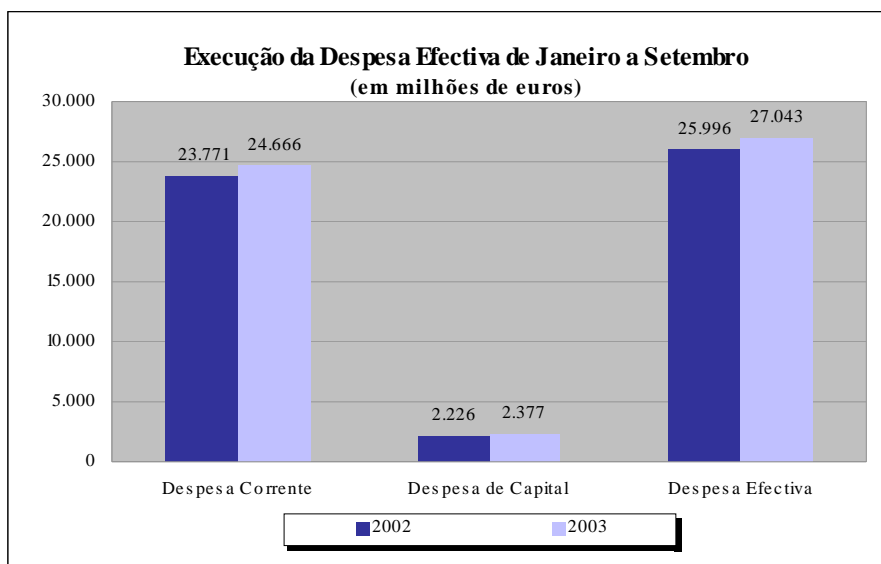
de 4%. A receita do Imposto sobre o Tabaco, apesar de nos últimos dois meses registar, em termos homólogo, uma evolução favorável, continua a apresentar uma evolução negativa relativamente ao mesmo período do ano anterior.

I - 3. Análise da despesa

Tomando por referência os valores de universos comparáveis constantes do Quadro 2, constata-se que a **despesa relevante** para efeitos de determinação do **défice do subsector Estado** (excluindo activos e passivos financeiros e a transferência para o Fundo de Regularização da Dívida Pública), se situa em

27 043,1 M€ estando associado um crescimento homólogo de 4,0%.

O gráfico a seguir compara a execução da despesa efectiva (excluindo operações financeiras) face aos valores apurados em igual período do ano anterior:



Nota: valores em consonância com o Quadro 2.

Analisando a despesa a um maior nível de detalhe, verifica-se que a **despesa corrente** regista uma taxa de variação homóloga de 3,8%, fortemente influenciada pelo comportamento dos juros e outros encargos da dívida pública (+6,2%).

A despesa corrente primária regista um acréscimo de 3,4%, destacando-se, como factores determinantes, o comportamento observado ao nível dos subsídios (+36,2%), continuando em causa o pagamento, antecipado face a 2002, das indemnizações compensatórias pela prestação de serviço público. É de salientar que os encargos com a bonificação de crédito à aquisição de habitação própria, expurgados das despesas de anos anteriores, verificam um decréscimo em termos homólogos, reflectindo o impacto da revogação deste regime de crédito bonificado em 2002.

Conta, ainda, ao nível das “outras transferências correntes” (+9,9%), a transferência para o orçamento da União Europeia, que tem verificado, no decurso do corrente ano, um padrão de pagamentos diferente face ao que se verificou no ano precedente.

As despesas com a segurança social dos funcionários e agentes da Administração Pública, que verificam uma variação homóloga relativa de 8,7%, continuam influenciadas pelo facto de ter ocorrido, em 2002, o pagamento de um elevado volume de despesas de anos anteriores relativas ao financiamento, pelo Estado, do subsistema

público de saúde (ADSE), pelo que o padrão intra-anual de pagamentos das despesas do próprio ano de 2002 foi diferente e mais concentrado no final do ano. Note-se, ainda assim, o crescimento moderado das despesas relacionadas com o pagamento de remunerações certas e permanentes (+0,9%), que acomodam parte do crescimento das despesas com pessoal no seu todo (+3,3%).

Refira-se que, parte do decréscimo verificado ao nível da “aquisição de bens e serviços” resulta de, decorrente da aplicação do novo classificador económico em 2003, um conjunto de despesas que, em 2002, se encontrava inscrita na “aquisição de bens e serviços”, ter passado a onerar a “aquisição de bens de capital”, pelo que a comparabilidade ao nível dos dois anos entre estas duas componentes da despesa não é linear. Contam-se, entre as mais representativas, as despesas executadas, no âmbito da Lei da Programação Militar, com investimentos militares, as quais se encontravam classificadas, em 2002, em “aquisição de bens e serviços” (aquisição de bens duradouros).

A **despesa de capital**, por sua vez, verifica uma variação homóloga relativa de 6,8%, contribuindo para este resultado, como tem sido referido, o diferente padrão das transferências executadas no âmbito dos Investimentos do Plano, por um lado, para o Instituto das Estradas de Portugal e, por outro lado, para o sector empresarial, designadamente para a realização de

projectos de investimento relacionados, sobretudo, com a aquisição de equipamentos e construção de infra-estruturas na área dos transportes.

II - DETALHE DAS RECEITAS E DESPESAS DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2003

QUADRO 1

VALORES DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA RECEITA DO ESTADO

(Período: Janeiro a Setembro)

(milhões de euros)

RECEITA	2002 Execução	2003 Execução provisória	VARIAÇÃO PERCENTUAL 2003/2002
RECEITA CORRENTE	21.385,6	20.415,2	-4,5
<u>Impostos Directos</u>	<u>8.065,9</u>	<u>7.034,0</u>	<u>-12,8</u>
Imposto sobre rendimento de pessoas singulares (IRS)	4.897,1	4.636,9	-5,3
Imposto sobre rendimento de pessoas colectivas (IRC)	3.081,8	2.307,5	-25,1
Outros	87,0	89,6	3,0
<u>Impostos Indirectos</u>	<u>12.115,1</u>	<u>12.017,1</u>	<u>-0,8</u>
Imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)	2.012,6	2.119,0	5,3
Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	7.229,8	7.183,9	-0,6
Imposto automóvel (IA)	919,3	748,4	-18,6
Imposto de consumo sobre o tabaco	834,6	804,0	-3,7
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	150,7	144,5	-4,1
Imposto do selo	909,3	956,9	5,2
Outros	58,8	60,4	2,7
<u>Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE</u>	<u>70,8</u>	<u>70,6</u>	<u>-0,3</u>
Comparticipações para a ADSE	70,8	70,6	-0,3
<u>Taxas, Multas e Outras Penalidades</u>	<u>221,1</u>	<u>246,9</u>	<u>11,7</u>
Taxas diversas	71,7	73,0	1,8
Juros de mora e compensatórios	66,2	85,0	28,4
Multas do Código da Estrada	38,4	40,0	4,2
Outras multas e penalidades diversas	44,8	48,9	9,2
<u>Rendimentos da Propriedade</u>	<u>342,7</u>	<u>363,5</u>	<u>6,1</u>
Juros	34,0	47,1	38,5
Dividendos	306,7	312,0	1,7
Outros	2,0	4,4	120,0
<u>Transferências</u>	<u>285,7</u>	<u>384,9</u>	<u>34,7</u>
Administrações públicas	253,0	344,3	36,1
Exterior	21,6	26,6	23,1
Outras	11,1	14,0	26,1
<u>Venda de Bens e Serviços Correntes</u>	<u>236,1</u>	<u>260,0</u>	<u>10,1</u>
<u>Outras Receitas Correntes</u>	<u>48,2</u>	<u>38,2</u>	<u>-20,7</u>
Prémios e taxas por garantias de riscos	11,2	8,3	-25,9
Outros	37,0	29,9	-19,2
RECEITA DE CAPITAL	637,4	75,6	-88,1
<u>Venda de Bens de Investimento</u>	<u>79,7</u>	<u>10,0</u>	<u>-87,5</u>
<u>Transferências</u>	<u>59,3</u>	<u>52,7</u>	<u>-11,1</u>
Administrações públicas	43,2	35,9	-16,9
Exterior	4,0	15,6	290,0
Outras	12,1	1,2	-90,1
<u>Activos Financeiros</u>	<u>358,9</u>	<u>10,9</u>	<u>-97,0</u>
Alienação de partes sociais das empresas	337,0	0,0	-100,0
Outros activos	21,9	10,9	-50,2
<u>Outras Receitas de Capital</u>	<u>139,5</u>	<u>2,0</u>	<u>-98,6</u>
RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS	109,6	100,0	-8,8
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	224,3	78,1	-65,2
SALDOS DA GERÊNCIA ANTERIOR	19,1	68,5	258,6
TOTAL DA RECEITA	22.376,0	20.737,4	-7,3
RECEITA SEM ACTIVOS FINANCEIROS	22.017,1	20.726,5	-5,9

Fontes: DGCI, DGAIEC, DGT e DGO.

NOTA: As receitas fiscais indicadas para Setembro de 2002, são as existentes, à data, no SCR (Sistema Central de Receitas), aplicação informática que serve de suporte à quantificação da receita orçamental.

QUADRO 2

ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DA DESPESA DO ESTADO AUTORIZADA, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

(Período: Janeiro a Setembro)

(milhões de euros)

DESPESA	EXECUÇÃO DE 2002							ESTIMATIVA DE 2003			VARIÇÃO 2003 / 2002 (em %)
	EXECUÇÃO PARA 2002 - do ano	Despesa de 2002 dos ex- SFA de 2003	Transferências em 2002 para ex SFA de 2003	Despesa paga directamente por Cofres MJustiça	Despesas do ano de 2002 ajustadas	Despesas de anos anteriores	Despesas totais ajustadas	do ano	ano anter.	total	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=€((1) a (4))	(6)	(7)=(5)+(6)	(8)	(9)	(10)=(8)+(9)	
DESPESA CORRENTE											
Despesas com o Pessoal	8.262,8	192,8	0,0	54,7	8.510,4	414,6	8.925,0	8.788,1	36,9	8.825,1	3,3
Remunerações Certas e Permanentes	5.614,1	167,7	0,0	54,7	5.836,6	43,3	5.879,8	5.887,4	8,9	5.896,3	0,9
<i>RCP com cobertura em receitas gerais</i>	5.499,4	167,7			5.667,1	43,3	5.710,3	5.672,2	8,9	5.681,0	0,1
<i>RCP com cobertura em receitas consignadas</i>	114,8			54,7	169,5		169,5	215,3		215,3	27,0
Abonos Variáveis ou Eventuais	233,8	7,7			241,4	15,0	256,4	256,1	2,1	258,2	6,1
Segurança Social	2.414,8	17,5			2.432,3	356,4	2.788,8	2.644,5	26,0	2.670,5	8,7
Aquisição de Bens e Serviços	665,7	88,6	0,0	0,0	754,3	123,2	877,5	638,5	20,0	658,5	-15,4
Aquisição de Bens	318,9	9,8			328,6	66,3	395,0	220,0	3,8	223,8	-33,1
Aquisição de Serviços	346,8	78,8			425,7	56,8	482,5	418,5	16,2	434,7	-1,7
Juros e outros encargos	3.370,6	0,0			3.370,6	0,0	3.370,6	3.580,8	0,0	3.580,8	6,2
Transferências Correntes	10.713,2	87,8	-273,2	0,0	10.527,8	1.189,2	11.717,0	10.949,3	10,4	10.959,7	4,0
Administrações Públicas	9.353,6	6,1	-273,2		9.086,5	1.085,0	10.171,5	9.365,3	4,6	9.369,9	3,1
Outras	1.359,6	81,7			1.441,3	104,2	1.545,5	1.584,0	5,8	1.589,8	9,9
Subsídios	388,5	2,8			391,2	62,8	454,0	532,7	11,0	543,7	36,2
Outras Despesas Correntes	157,0	59,4			216,4	9,7	226,1	176,2	1,8	178,0	-18,6
TOTAL DA DESPESA CORRENTE	23.557,7	431,4	-273,2	54,7	23.770,7	1.799,5	25.570,2	24.665,6	80,2	24.745,8	3,8
<i>Do qual: Despesa Corrente Primária</i>	<i>20.187,1</i>	<i>431,4</i>	<i>-273,2</i>	<i>54,7</i>	<i>20.400,1</i>	<i>1.799,5</i>	<i>22.199,6</i>	<i>21.084,8</i>	<i>80,2</i>	<i>21.164,9</i>	<i>3,4</i>
DESPESA DE CAPITAL											
Aquisição de Bens de Capital	252,3	14,8			267,1	25,2	292,4	301,7	12,0	313,7	12,9
Transferências de capital	1.940,8	5,9	-5,8	0,0	1.940,9	107,3	2.048,2	2.061,0	3,4	2.064,3	6,2
Administrações Públicas (excluindo o FRDP)	1.798,6	0,4	-5,8		1.793,1	107,3	1.900,5	1.903,4	1,2	1.904,6	6,1
<i>Transferência para o FRDP</i>	<i>273,9</i>	<i>0,0</i>			<i>273,9</i>	<i>0,0</i>	<i>273,9</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-100,0</i>
Outras	142,2	5,5			147,7	0,0	147,7	157,6	2,2	159,8	6,7
Activos Financeiros	57,7	0,3			58,0	0,0	58,0	64,0	0,0	64,0	10,2
Passivos Financeiros	8.133,0	0,0			8.133,0	0,0	8.133,0	17.941,7	0,0	17.941,7	120,6
Outras Despesas de Capital	17,0	0,6			17,6	0,1	17,7	14,8	0,0	14,8	-16,2
TOTAL DA DESPESA DE CAPITAL	10.674,6	21,7	-5,8	0,0	10.690,4	132,7	10.823,1	20.383,1	15,4	20.398,5	90,7
<i>Do qual: Desp. Capital s/Passivos, s/Activos, s/FRDP</i>	<i>2.210,1</i>	<i>21,3</i>	<i>-5,8</i>	<i>0,0</i>	<i>2.225,6</i>	<i>132,7</i>	<i>2.358,3</i>	<i>2.377,5</i>	<i>15,4</i>	<i>2.392,8</i>	<i>6,8</i>
TOTAL DA DESPESA	34.232,3	453,1	-279,0	54,7	34.461,1	1.932,2	36.393,3	45.048,7	95,5	45.144,3	30,7
<i>Do qual: Despesa s/Passivos, s/Activos, s/FRDP</i>	<i>25.767,8</i>	<i>452,8</i>	<i>-279,0</i>	<i>54,7</i>	<i>25.996,3</i>	<i>1.932,2</i>	<i>27.928,5</i>	<i>27.043,1</i>	<i>95,5</i>	<i>27.138,6</i>	<i>4,0</i>

Nota: as colunas (2) e (3) referem-se aos organismos que perderam autonomia financeira por força da Lei do OE/2003 e ao actual Instituto da Droga e Toxicod dependência, na dependência do Ministério da Saúde.

Foi imputada a 2002 a despesa paga pelos cofres do Ministério da Justiça entre Janeiro e Abril de 2002 (54,7 M€) relativa a encargos com pessoal que vieram, a partir de Maio, a ser pagos pela Direcção-Geral da Administração da Justiça.

QUADRO 3

ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DA DESPESA DO ESTADO AUTORIZADA
SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

(Período: Janeiro a Setembro)

(milhões de euros)

DESPESA	EXECUÇÃO 2002		ESTIMATIVA 2003	
	em valor	estrutura (em %)	em valor	estrutura (em %)
Funções Gerais de Soberania	3.811,2	13,8	3.668,6	13,5
Serviços Gerais da Administração Pública	1.135,9	4,1	969,1	3,6
<i>Por memória: Activos Financeiros</i>	<i>57,7</i>		<i>63,6</i>	
Defesa Nacional	1.136,8	4,1	1.143,5	4,2
Segurança e Ordem Públicas	1.538,5	5,6	1.555,9	5,7
Funções Sociais	15.994,3	57,7	15.161,9	55,9
Educação	5.113,7	18,5	4.960,3	18,3
Saúde	5.417,2	19,6	4.559,9	16,8
Segurança e Acção Sociais	4.565,5	16,5	4.785,3	17,6
<i>Por memória: Activos Financeiros</i>	<i>0,0</i>		<i>0,3</i>	
Habituação e Serviços Colectivos	693,7	2,5	538,5	2,0
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	204,0	0,7	317,8	1,2
Funções Económicas	1.535,1	5,5	1.566,0	5,8
Agricultura e Pecuária, Silvic., Caça e Pesca	546,4	2,0	446,1	1,6
Indústria e Energia	65,3	0,2	79,8	0,3
Transportes e Comunicações	628,5	2,3	756,7	2,8
Comércio e Turismo	89,2	0,3	71,5	0,3
Outras Funções Económicas	205,7	0,7	212,0	0,8
Outras Funções	6.359,4	23,0	6.742,1	24,8
Operações da Dívida Pública	3.370,6	12,2	3.580,4	13,2
<i>Por memória: Passivos Financeiros e FRDP</i>	<i>8.406,8</i>		<i>17.941,7</i>	
Transferências entre Administrações Públicas	2.988,8	10,8	3.161,7	11,7
Diversas Não Especificadas	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL DA DESPESA	36.164,5		45.144,3	
<i>Do qual: Despesa s/Passivos, s/Activos, s/FRDP</i>	<i>27.700,0</i>	<i>100,0</i>	<i>27.138,6</i>	<i>100,0</i>

QUADRO 4

AUTORIZAÇÕES DE DESPESA DO ESTADO POR MINISTÉRIOS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA
JANEIRO A SETEMBRO DE 2003

(milhares de euros)

DESPESA	Encargos Gerais do Estado	Finanças	Defesa Nacional	Negócios Estrangeiros	Administração Interna	Justiça	Economia	Agricultura Desenvol. Rural e Pescas	Educação	Ciência e Ensino Superior	Cultura	Saúde	Segurança Social e Trabalho	Obras Públicas, Transportes e Habitação	Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente	TOTAL
DESPESA CORRENTE																
Despesas com o Pessoal	57.840	2.684.457	779.303	116.700	822.533	480.562	58.893	150.856	3.455.773	23.829	43.526	38.892	38.605	34.322	38.965	8.825.058
Remun. Certas e Permanentes	49.960	285.408	562.393	72.746	682.694	451.047	54.609	141.940	3.395.456	21.685	39.819	34.258	35.890	32.137	36.260	5.896.302
Abonos Variáveis ou Eventuais	2.110	58.431	40.490	41.643	49.888	26.010	2.183	5.635	22.431	1.682	1.139	1.687	2.053	1.195	1.660	258.238
Segurança social	5.770	2.340.618	176.420	2.311	89.951	3.504	2.101	3.282	37.886	462	2.568	2.947	662	990	1.046	2.670.518
Aquisição de Bens e Serviços	17.391	77.304	231.317	21.591	76.333	69.028	14.490	26.158	40.533	6.472	19.261	13.836	14.475	10.614	19.682	658.484
Aquisição de Bens	1.818	11.509	110.255	838	26.579	27.950	2.424	5.891	27.349	611	2.595	1.342	2.026	952	1.650	223.789
Aquisição de Serviços	15.573	65.795	121.062	20.753	49.754	41.078	12.066	20.267	13.184	5.861	16.665	12.494	12.449	9.662	18.032	434.696
Encargos Correntes da Dívida	0	3.580.435	0	377	0	0	8	0	0	0	0	1	0	10	0	3.580.832
Transferências Correntes	84.514	1.454.242	16.851	33.594	54.807	5.306	61.798	87.300	340.304	907.436	35.210	4.091.280	2.612.175	22.222	1.152.648	10.959.685
Administrações Públicas	73.065	248.985	7.448	32	14.387	3.239	60.212	83.474	117.723	882.201	12.948	4.087.118	2.605.628	21.547	1.151.922	9.369.930
Outras	11.448	1.205.257	9.404	33.561	40.420	2.066	1.585	3.826	222.581	25.235	22.262	4.162	6.547	675	726	1.589.755
Subsídios	1.968	539.977	0	0	0	0	439	259	0	0	701	395	6	0	0	543.745
Outras Despesas Correntes	932	2.738	420	46.281	857	517	934	593	124.349	99	138	2	1	96	3	177.960
Total Despesa Corrente	162.645	8.339.154	1.027.891	218.543	954.531	555.412	136.561	265.166	3.960.959	937.836	98.836	4.144.405	2.665.263	67.265	1.211.299	24.745.764
DESPESA DE CAPITAL																
Aquisição de Bens de Capital	2.641	8.037	138.907	4.925	12.982	16.209	1.720	3.180	73.347	1.437	2.246	12.964	1.284	4.836	28.987	313.703
Transferências de Capital	347.092	810	834	0	8.099	11.012	166.743	86.167	6.517	73.897	15.522	26.509	14.666	630.228	676.248	2.064.345
Administrações Públicas	339.125	810	834	0	384	11.012	165.943	86.166	6.400	73.897	14.157	26.509	14.666	496.028	668.646	1.904.577
Outras	7.967	0	0	0	7.716	0	800	1	116	0	1.366	0	0	134.201	7.602	159.769
Activos financeiros	16	63.665	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	271	0	0	63.953
Passivos financeiros	0	17.941.691	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17.941.691
Outras Despesas de Capital	0	4.972	0	0	0	0	0	0	9.825	0	0	0	0	0	0	14.797
Total Despesa de Capital	349.750	18.019.174	139.741	4.925	21.081	27.221	168.464	89.348	89.689	75.335	17.768	39.472	16.221	635.064	705.235	20.398.489
Total da Despesa	512.394	26.358.328	1.167.631	223.468	975.612	582.634	305.025	354.514	4.050.648	1.013.171	116.605	4.183.878	2.681.484	702.329	1.916.534	45.144.253
Total s/Pass., s/Act., s/FRDP	512.378	8.352.972	1.167.631	223.468	975.612	582.634	305.025	354.513	4.050.648	1.013.171	116.605	4.183.878	2.681.213	702.329	1.916.534	27.138.609

QUADRO 5

ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO

(Período: Janeiro a Setembro)

(milhões de euros)

	2002	2003	VARIAÇÃO (em %)
1. RECEITA CORRENTE	21.719,5	20.593,3	-5,2
1.1. Impostos directos	8.065,9	7.034,0	-12,8
1.1. Impostos indirectos	12.115,1	12.017,1	-0,8
1.3. Outras receitas (1)	1.538,5	1.542,2	0,2
2. DESPESA CORRENTE	25.357,2	24.745,8	-2,4
2.1. Pessoal e aquisição de bens e serviços	9.466,3	9.483,5	0,2
2.2. Subsídios	451,3	543,7	20,5
2.3. Juros e outros encargos	3.370,6	3.580,8	6,2
2.4. Transferências correntes	11.902,4	10.959,7	-7,9
Administrações Públicas	10.438,6	9.369,9	-10,2
Outras	1.463,8	1.589,8	8,6
2.5. Outras despesas	166,7	178,0	6,8
3. SALDO CORRENTE	-3.637,7	-4.152,5	14,2
4. RECEITA DE CAPITAL (2)	297,6	133,2	-55,2
5. DESPESA DE CAPITAL (3)	2.342,8	2.392,8	2,1
5.1. Investimentos	277,6	313,7	13,0
5.2. Transferências de capital	2.048,1	2.064,3	0,8
Administrações Públicas	1.905,9	1.904,6	-0,1
Outras	142,2	159,8	12,4
5.3. Outras despesas	17,1	14,8	-13,4
6. SALDO DE CAPITAL	-2.045,2	-2.259,6	10,5
7. SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	-5.682,9	-6.412,1	12,8
8. SALDO PRIMÁRIO	-2.312,3	-2.831,3	22,4
9. ACTIVOS FINANC.LÍQUIDOS DE REEMBOLSOS	35,8	53,1	48,3
10. SALDO INCLUINDO ACTIVOS FINANCEIROS	-5.718,7	-6.465,2	13,1

Fontes: DGCI, DGAIEC, DGT e DGO.

(1) - Inclui os recursos próprios comunitários e as reposições não abatidas nos pagamentos .

(2) - Inclui os saldos da gerência anterior. Não inclui os activos, nem os passivos financeiros.

(3) - Não inclui os activos, nem os passivos financeiros, nem a transferência para o FRDP.

QUADRO 5 - A

ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO –
UNIVERSOS COMPARÁVEIS

(Período: Janeiro a Setembro)

(milhões de euros)

	2002	2003	VARIAÇÃO (em %)
1. RECEITA CORRENTE	21.881,3	20.593,3	-5,9
1.1. Impostos directos	8.065,9	7.034,0	-12,8
1.1. Impostos indirectos	12.145,2	12.017,1	-1,1
1.3. Outras receitas (1)	1.670,2	1.542,2	-7,7
2. DESPESA CORRENTE	23.770,7	24.665,6	3,8
2.1. Pessoal e aquisição de bens e serviços	9.264,7	9.426,6	1,7
2.2. Subsídios	391,2	532,7	36,2
2.3. Juros e outros encargos	3.370,6	3.580,8	6,2
2.4. Transferências correntes	10.527,8	10.949,3	4,0
Administrações Públicas	9.086,5	9.365,3	3,1
Outras	1.441,3	1.584,0	9,9
2.5. Outras despesas	216,4	176,2	-18,6
3. SALDO CORRENTE	-1.889,4	-4.072,3	115,5
4. RECEITA DE CAPITAL (2)	321,5	133,2	-58,6
5. DESPESA DE CAPITAL (3)	2.225,6	2.377,5	6,8
5.1. Investimentos	267,1	301,7	12,9
5.2. Transferências de capital	1.940,9	2.061,0	6,2
Administrações Públicas	1.793,1	1.903,4	6,1
Outras	147,7	157,6	6,7
5.3. Outras despesas	17,6	14,8	-16,2
6. SALDO DE CAPITAL	-1.904,1	-2.244,3	17,9
7. SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	-3.793,5	-6.316,6	66,5
8. SALDO PRIMÁRIO	-422,9	-2.735,7	546,9
9. ACTIVOS FINANC. LÍQUIDOS DE REEMBOLSOS	36,1	53,1	47,1
10. SALDO INCLUINDO ACTIVOS FINANCEIROS	-3.829,6	-6.369,6	66,3

Fontes: DGCI, DGAIEC, DGT e DGO.

(1) - Inclui os recursos próprios comunitários e as reposições não abatidas nos pagamentos .

(2) - Inclui os saldos da gerência anterior. Não inclui os activos, nem os passivos financeiros.

(3) - Não inclui os activos, nem os passivos financeiros, nem a transferência para o FRDP.

Notas:- Os valores de receita de 2002 incluem as **receitas próprias** dos organismos autónomos que perderam autonomia financeira por força da Lei OE/2003 (cerca de 186 M€).- Os valores de despesa de 2002 e 2003 **não incluem** as despesas de anos anteriores (ver Quadro 2).- Adicionalmente, os valores de despesa de 2002 foram objecto dos **ajustamentos** constantes do quadro 2 anexo à presente nota informativa.

**III - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA
SEGURANÇA SOCIAL
DE JANEIRO A AGOSTO DE 2003**

III - 1. Análise global

Da análise à execução orçamental de Janeiro a Agosto de 2003, constata-se que a receita total, incluindo o saldo integrado de 2002 no valor de 667,2 M€, evidencia um decréscimo de 2,5% em relação ao período homólogo de 2002 e a despesa um decréscimo de 6,0% em relação ao mesmo período.

O comportamento da **receita** está condicionado, nomeadamente, pela evolução das receitas em activos financeiros (traduzindo uma diferente velocidade de rotação da carteira do FEFSS) e das contribuições que, representando 60,2% das receitas totais deduzidas do saldo integrado, eviden-

ciam um acréscimo de 1,7% relativamente ao período homólogo de 2002.

O decréscimo de 6,0% na **despesa total** relativamente ao valor registado no período homólogo de 2002, decorre do efeito conjugado de um agravamento de 8,8% nas despesas correntes, fruto do efeito da actual conjuntura económica nas prestações substitutivas do trabalho e do comportamento das transferências e subsídios correntes e das despesas de capital, que, no conjunto, acusam um decréscimo de 40,9% relativamente a igual período de 2002.

III - 2. Análise da receita

A **receita efectiva** atingiu, no período em análise, 10 290,7 M€, denotando, em relação ao período homólogo do ano anterior, um acréscimo de 4,6%.

Para o referido resultado contribuíram, nomeadamente:

- **Receita de Contribuições** – no montante de 6 717,4 M€, reflectindo um acréscimo de 1,7% relativamente a igual período de 2002;

- **Transferências Correntes** – no montante de 2 864,8 M€, representando um acréscimo de 5,6% relativamente a igual período do ano anterior;
- **Transferências de Capital – PIDDAC/OE e FEDER** – atingem, até Agosto de 2003, o montante de 16,3 M€, representando 42,8% do valor anual previsto para esta rubrica em 2003.

III – 3. Análise da despesa

A **despesa global efectiva** atingiu, no período de Janeiro a Agosto de 2003, o montante de 9 848,5 M€, representando, em relação a idêntico período de 2002, um acréscimo de 8,1%.

Para o supracitado comportamento da despesa, há a referir o seguinte:

- **Pensões** - a execução evidencia uma despesa de 5 745,3 M€, reflectindo um crescimento de 7,1% face ao período homólogo do ano anterior;
- **Subsídio de desemprego e social de desemprego e apoios ao emprego** – atingiram, no período, o montante de 972,3 M€, superando o valor registado no período de Janeiro a Agosto de 2002 em 37,0%.
Esta despesa vem a apresentar um crescimento sustentado desde 2002;
- **Programa de Emprego e Protecção Social** – em Agosto de 2003, a despesa evidenciada pelo ISSS atinge o montante de 5,0 M€, absorvendo 0,52% da despesa, até Agosto, com as prestações de desemprego;
- **Subsídio por doença** - no montante de 318,7 M€, apresenta um acréscimo de 1,9% em relação a igual período de 2002;
- **Rendimento Social de Inserção** - atingiu o montante de 155,7 M€, evidenciando um acréscimo de 1,3% relativamente ao mesmo período de 2002;
- **Acção Social** – atingiu, até Agosto de 2003, o montante de 736,2 M€, apresentando, em relação a 2002, um acréscimo de 4,5%;
- **Acções de formação profissional** - no total de 606,5 M€, evidenciam um aumento de 3,2% relativamente a igual período do ano transacto;
- **Despesas de Capital – PIDDAC/OE, OSS e FEDER** – atingem no período de Janeiro a Agosto de 2003, o montante de 25,2 M€, isto é, +29,4% que em período homólogo de 2002.

III - 4. Óptica do financiamento – Saldo Orçamental

O saldo da execução do orçamento no período de Janeiro a Agosto de 2003, no valor de 442,2 M€, apresen-

ta o seguinte desdobramento por Subsistemas de Segurança Social:

- Subsistema Previdencial	(+) 618.881 mil €
- Subsistema de Protecção Social de Cidadania	(+) 137.220 mil €
- Subsistema Prot. Família e Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional	(-) 313.862 mil €
Total	(+) 442.238 mil €

Relativamente ao saldo gerado no Subsistema Previdencial, constata-se uma redução de 38,5% relativamente a igual período do ano anterior, sendo que para tal concorreu o crescimento da receita efectiva (+2,3%) – contribuições, juros de mora, rendimentos, entre outros – mais suave do

que o verificado na despesa efectiva (+10,4%) – prestações substitutivas do trabalho / Regime Geral da Segurança Social.

Contudo, importa ainda ter em atenção que o saldo do Subsistema Previdencial se desdobra em:

	<u>Agosto/2003</u>	<u>2003/2002 (%)</u>
Saldo Subsistema Previdencial – Repartição	343.623 mil €	- 34,6%
Saldo Subsistema Previdencial – Capitalização	<u>275.257 mil €</u>	- 42,7%
	618.880 mil €	- 38,5%

Como pode observar-se, o saldo do Subsistema Previdencial – Repartição acusa uma redução de 34,6% relativamente ao homólogo de 2002.

relativamente a igual período de 2002, decorrente, fundamentalmente, da redução da receita corrente em igual percentagem pelas razões indicadas anteriormente.

Relativamente ao saldo apurado no Subsistema Previdencial – Capitalização, no montante de 275,3 M€ constata-se uma contracção de 42,7%

No que se refere ao Subsistema Protecção Social de Cidadania, o saldo orçamental observado no período em

análise evidencia um crescimento de 50,2% relativamente ao período homólogo de 2002, sendo que, para tal, concorre o facto da receita ser arrecadada, em regra, em subordinação ao regime duodecimal e como tal, apresentar-se acima da despesa, uma vez que esta é registada em obediência ao princípio da especialização financeira.

Quanto ao Subsistema de Protecção da Família e Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional, o défice apurado em 313,9 M€, coberto pelo Subsistema Previdencial - Repartição, evidencia uma redução de 15,9%, relativamente ao período de Janeiro a Agosto de 2002.

QUADRO 6

ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS DO ORÇAMENTO DA
SEGURANÇA SOCIAL

(em milhares de euros)

Designação	Execução orçamental		Variação % do período homólogo
	Jan-Agosto 2002	Jan-Agosto 2003	
	(1)	(2)	(3)=((2-1))/(1)
RECEITAS			
1. SALDO DO ANO ANTERIOR	293.167,5	667.203,7	127,6%
2. RECEITAS CORRENTES	7.109.052,2	7.404.869,3	4,2%
2.1 Contribuições e cotizações	6.604.929,4	6.717.395,0	1,7%
<i>Contribuições e cotizações</i>	6.604.929,4	6.717.395,0	1,7%
2.2 Adicional ao I.V.A.	335.208,0	450.666,6	34,4%
2.3 Rendimentos	124.913,5	177.300,2	41,9%
2.4 Outras receitas	44.001,3	59.507,5	35,2%
3. RECEITAS DE CAPITAL	2.010.072,3	872.947,2	-56,6%
Amortizações	0,0	0,0	
Activos Financeiros	1.914.420,8	868.143,4	-54,7%
Empréstimos Obtidos	89.947,8	0,0	-100,0%
Outras	5.703,7	4.803,9	-15,8%
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.713.180,7	2.864.775,5	5,6%
Ministério da Segurança Social e Trabalho	2.208.178,4	2.311.264,5	4,7%
Min.S. Social e Trabalho (DAFSE e IGFSE)	0,4	0,0	-100,0%
Min.Obras Públicas, Transp. Habitação	1.496,4	911,8	-39,1%
Min.Educação(comp educ.pré-escolar / IPSS)	49.569,2	52.039,2	5,0%
Ministério da Justiça	0,0	0,0	
SMC de Lisboa - Departamento de Jogos	43.883,8	61.287,7	39,7%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	0,0	0,0	
Instituto para a Inovação na Formação	0,0	0,0	
Instituto Desenv. Inspecção Cond. Trabalho	1.386,0	0,0	
Convenção CECA - CE	0,0	268,1	
Transf. FSE - Acções Form. Profissional	408.666,5	439.004,3	7,4%
Transf. OE - Acções Form. Profissional	0,0	0,0	
PIDDAC-OE	0,0	0,0	
PIDDAC-FEDER	0,0	0,0	
Outras	0,0	0,0	
SUB-TOTAL	12.125.472,7	11.809.795,8	-2,6%
TRANSFERÊNCIAS de CAPITAL	8.286,9	16.254,0	96,1%
P.I.D.D.A.C.	8.286,9	16.254,0	96,1%
Do OE	8.286,9	14.649,8	76,8%
Do FEDER	0,0	1.604,2	
Do IEFP	0,0	0,0	
TOTAL RECEITA	12.133.759,6	11.826.049,8	-2,5%

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

QUADRO 7

ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA
SEGURANÇA SOCIAL

(em milhares de euros)

Designação	Execução orçamental		Variação % do período homólogo
	Jan-Agosto 2002	Jan-Agosto 2003	
	(1)	(2)	(3)=\$((2-1))/(1)
DESPESAS			
DESPESAS CORRENTES	8.140.996,6	8.855.453,6	8,8%
Pensões	5.362.265,9	5.745.248,8	7,1%
Sobrevivência	843.709,2	854.760,5	1,3%
Invalidez	810.441,7	829.926,5	2,4%
Velhice	3.708.115,0	4.060.561,8	9,5%
Subsídio familiar a crianças e jovens	349.838,9	364.834,2	4,3%
Subsídio por doença	312.767,7	318.691,4	1,9%
Subsídio desemprego apoio ao emprego,...	709.993,5	972.346,4	37,0%
Outras prestações	291.117,2	320.810,8	10,2%
Acção social	704.467,7	736.242,3	4,5%
Rendimento Social de Inserção (ex-RMG)	153.688,9	155.748,0	1,3%
Extinção de Empréstimos (Lei nº 2092)	0,0	0,0	
Administração	255.644,5	241.356,3	-5,6%
Acções de formação profissional	1.212,3	175,4	-85,5%
DESPESAS DE CAPITAL	2.505.645,1	1.076.301,3	-57,0%
P.I.D.D.A.C.	19.508,9	25.239,5	29,4%
Do OE	9.849,9	13.113,3	33,1%
Do OSS	9.659,0	11.006,1	13,9%
Do FEDER	0,0	1.120,1	
Do IEFP	0,0	0,0	
Amortizações de empréstimos	128.265,5	0,0	-100,0%
Edifícios - IGFCSS	0	255,4	
Activos Financeiros - IGFCSS	2.356.891,0	1.050.720,3	-55,4%
Outras	979,7	86,0	-91,2%
TRANSFERÊNCIAS e SUBSÍDIOS CORRENTES	946.092,0	962.984,6	1,8%
Emprego e Formação Profissional	318.278,9	314.573,5	-1,2%
Higiene, segurança e saúde no trabalho	11.467,9	10.290,0	-10,3%
Inovação na formação	4.447,8	4.978,1	11,9%
Min. Educação (componente social pré-escolar)	20.949,5	22.987,6	9,7%
Subsídios Correntes - Acções de Formação Profissional	587.628,3	606.517,7	3,2%
Com suporte no FSE	447.422,2	465.331,1	4,0%
Com suporte no O.S.S.	140.206,1	141.186,6	0,7%
Com suporte no OE (DAFSE)	0,0	0,0	
INATEL	3.047,3	3.637,6	19,4%
PIDDAC - OE - Prog. Desenv.Social	272,3	0,0	-100,0%
PIDDAC-FEDER-Prog. Desenv.Social	0,0	0,0	
PIDDAC-OSS - Apoio à tomada de decisão	0,0	0,0	
TRANSFERÊNCIAS de CAPITAL	4.570,6	4.445,6	-2,7%
IGFCSS			
INATEL	4.570,6	4.445,6	-2,7%
Outras	0,0	0,0	
TOTAL DESPESA	11.597.304,3	10.899.185,0	-6,0%

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.